

CAPA

E FEZ-SE O CAOS

O GOLPE ATINGE SEU PRIMEIRO OBJETIVO.
HÁ OUTROS, ESTÁ CLARO. NO MAIS, O BRASIL
TRAFEGA NA TREVA CADA VEZ MAIS DENSA

POR ANDRÉ BARROCAL





PASSA POUCO DAS 9 HORAS DA manhã, quando os olhos verdes de Chico Buarque entram no plenário do Senado sob óculos escuros para ver das galerias o interrogatório de Dilma Rousseff. É só proteção contra a luz, mas ajuda a disfarçar que “a esperança não é grande” de a petista salvar o mandato dali a dois dias, sentimento por ele admitido nos bastidores. Com algumas de suas canções melancólicas e de protesto dos anos de chumbo citadas por

senadores, o músico de 72 anos torna-se a trilha sonora dos acontecimentos. *O impeachment*, diria no dia seguinte o baiano Otto Alencar, do PSD, foi construído “tijolo com tijolo num desenho mágico” contra a “Geni”, restava torcer para que, “apesar de você, amanhã há de ser outro dia”. Um amanhã “com a presidente Dilma”, completaria ele. Não deu.

Pelos próximos dois anos e quatro meses, ao menos se não houver surpresas na Justiça Eleitoral, o amanhã será de Michel Temer. Um governo no qual milita muita gente andando “de lado e olhando pro chão”, como Chico cantava na ditadura, e ao qual já há certa resistência popular, como se viu em manifestações em várias cidades a pedir “Fora Temer” logo no dia da posse definitiva dele. Um governo responsável por uma situação inédita, brigas por atacado na vizinhança. Equador e Bolívia chamaram seus embaixadores de volta, a Venezuela resolveu congelar as relações diplomáticas com o Brasil, tudo obra de quem vê com

Temer recebe o sinal verde de Aécio Neves e responde com sorriso e piscadela, como a dizer “viu, viu, conseguimos”



reservas o *impeachment*, classificado “golpe de Estado” por Cuba como óbvia constatação. Consolo dos governistas: o pronto reconhecimento do Tio Sam.

Por obra de cicatrizes e turbulências imaginadas há tempos, fica mais fácil de entender por que não havia euforia quando 61 senadores cassaram Dilma às 13h35 da quarta-feira 31 (eram necessários 54 votos, do total de 81). Idem para a cerimônia de dez minutos em que Temer fez os juramentos devidos naquela tarde. Cenário oposto ao da cassação de Fernando Collor, em 1992. “É o episódio mais trágico que já vivi, pior até do que a ditadura militar. Chegamos a uma ruptura terrível que separa grupos que podiam dialogar e colaborar”, diz Renato Janine Ribeiro, 66 anos, professor de Ética e Filosofia Política da USP.

Para ele, há gente muito indignada e disposta a não aceitar o novo governo, enquanto larga parte do País tende à resignação. “Talvez, mais do que o acirramento dos ânimos, haja um desânimo com a política”, afirma. “Muita gente verá no forte arrocho fiscal uma saída penosa, mas não enxergará uma saída no horizonte. Hoje não há alternativa política viável, nenhum projeto de País, é um dos nossos grandes problemas agora. Uma nova eleição seria bom, ao menos daria legitimidade ao governo. Mas quem proporia o quê?”

As linhas gerais das propostas de Temer já são conhecidas. Foram anunciadas em cadeia de rádio e teve na quarta 31 à noite, com o peemedebista a vestir o terno preto da cerimônia no Senado. Um pacote feito para cativar o coração de empresários e do “mercado”. O presidente defendeu congelar por 20 anos gastos públicos como saúde e educação, proposta por ele enviada aos parlamentares quando ainda interino, e as reformas previdenciária e trabalhista, prometidas pelas autoridades para até o fim do ano.

O NOVO PRESIDENTE, “HOMEM DAS SOMBRAS”, COMO DIZ DER SPIEGEL, PRETENDE LANÇAR UM PACOTE DE MEDIDAS PARA CATIVAR MERCADO E EMPRESÁRIOS

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO CONTEÚDO E MARCELO CAMARGO/ABR

As reformas são objeto de truques retóricos de Temer. A trabalhista agora o presidente a batiza como “modernização”, “adequação da relação empregado-empregador”. Uma tentativa de fugir do impopular termo “reforma”. As intenções são iguais, todavia. Permitir que, em negociações com os sindicatos, o empresariado possa contornar direitos previstos na CLT, na hora de contratar. Parcelar férias e 13º salário, por exemplo. Objetivo idêntico ao da terceirização, outra bandeira da nova administração. Uma lei aprovada na marra em 2015 pelos deputados sob o comando de Eduardo Cunha, o réu por corrupção bastante lembrado por seu papel decisivo no *impeachment* por Dilma durante o interrogatório no Senado.

No caso da Previdência, Temer prega que a finalidade é “garantir o pagamento das aposentadorias”. Tradução sem jogo semântico: controlar despesas públicas para não ameaçar o pagamento de juros da dívida estatal ao “mercado”, mesma razão para o congelamento de gastos por duas décadas. O plano é instituir uma idade mínima à inatividade, 65 ou 70 anos. Mudanças demográficas recentes justificam cabibrações no regime das aposentadorias, hoje o brasileiro vive mais. Seria “urgente”, porém, como Temer disse em sua primeira reunião ministerial pós-*impeachment*? Para provar que sim e convencer a população, ele pretende inundar a mídia com propaganda.

Graças ao pacote publicitário, Temer sonha em atizar o instinto animal do capital. Sem risco para os juros da dívida, o “mercado” passaria a falar bem do País. Já o barateamento do trabalhador por meio da terceirização e reforma, ops!, “modernização” trabalhista, aumentaria os lucros do setor produtivo, esperança de empurrão em investimentos e contratações. Voltar a gerar empregos é prioridade, disse Temer na tevê e a seus ministros. Em julho, o desemprego era de 11,6%, número

digno dos anos 1990, embora os índices de agora e de antes do IBGE não sejam exatamente comparáveis.

A turma do PIB merece as medidas urdidas por Temer desde o início da trama do *impeachment*, em fins de 2015. Sem ela, o peemedebista ainda seria um vice



“decorativo”. A indústria mergulhou no “Fora Dilma”. A Fiesp, federação do setor em São Paulo, apoiou a deposição e converteu sua sede em QG do *impeachment*. O motivo? Nada a ver com crime de responsabilidade, apenas divergências sobre quem deveria pagar a conta da crise. Empurrar a fatura para a minoria do privilégio, nem pensar. “Uma vez aprovado o *impeachment*, somos a favor do ajuste fiscal, mas com corte de despesas, não com

aumento de impostos”, dizia o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, em 17 de março, em um ato público realizado na entidade com a presença do presidente das federações do Rio, Eduardo Eugênio Gouveia Vieira, e do Paraná, Edson Campagnolo.

A CNI, entidade nacional do setor, abraçou a causa quatro dias antes da abertura do processo pela Câmara, em abril. Em carta aos deputados, seu presidente, Robson Andrade, dizia ser “hora de mudar”. Como a Fiesp, nada a ver com corrupção ou crime, e sim em favor de “medidas duras, mas essenciais” como as reformas previdenciária e trabalhista. O texto reclamava ainda que “parcelas” da gestão Dilma tinham fórmulas diferentes e que “o governo tem sido complacente com grupos sociais que pregam a radicalização e o confronto como forma de impor suas ideias”, uma pista sobre como a CNI acha que os protestos do “Fora Temer” devem ser tratados.

Ao jogar a conta da crise para a maioria desvalida, o pacote tem tudo para atizar certos sindicatos e movimentos sociais que já encaram o novo governo com má vontade, graças à forma como chegou ao poder. Em uma reunião em São Paulo em agosto na XP Investimentos, empresa do mercado financeiro, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, comentou que a agenda do governo era impopular, tinha tudo para mobilizar a oposição. A reação vista até então, acrescentou, não era pequena ante o que estava por vir.

Uma agenda arriscada para um mandatário de ibope baixo. O peemedebista ostenta índices de aprovação dignos de Dilma, de uns 13%, embora ainda

TEMER PRETENDE INUNDAR A MÍDIA COM PROPAGANDA GOVERNISTA, A BEM DO PLANO DE PUNIR O TRABALHO, AGENDA INDIGESTA PARA UM PRESIDENTE DE IBOPE BAIXO



A população reage, do repúdio ao aplauso. Rio, "Fora Temer". Porto Alegre, contra a mídia. Em São Paulo, o manifestante ataca o carro da polícia enquanto outros participam da festa da pobreza de espírito



seja desconhecido por fatia parecida. Transformar desaprovação e desconhecimento em aprovação dependerá das medidas oficiais. Congelar despesas com saúde e educação por 20 anos, por exemplo, pode ser visto pela população como uma forma de “colocar preço na vida ou no futuro do filho”, diz o publicitário Renato Meirelles, especialista nas classes C e D e presidente do instituto de pesquisas Locomotiva. Segundo ele, Temer ao menos entendeu que seu desafio principal é a economia, acerta ao falar em eficiência do gasto público. Ao contrário de Dilma, conta com a boa vontade da maioria do Parlamento e do setor

produtivo. “Mas a crise de liderança e de perspectiva ainda não está resolvida. A maioria quer nova eleição.”

A elite econômica beneficiada pela agenda Temer liderou o *impeachment*, de acordo com o recém-lançado livro *A Radiografia do Golpe*, do sociólogo Jessé Souza, professor da Universidade Federal Fluminense e ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Mas, sem “um aliado de ocasião”, Dilma talvez não tivesse caído. Trata-se do “aparelho jurídico-policial do Estado”, personificado na Operação Lava Jato, fundamental para dar base social ao *impeachment* por meio do frenesi

anticorrupção. Um “falso moralismo”, segundo Souza, pois clama contra a corrupção, existente mundo afora, mas não se incomoda com a escandalosa desigualdade social do Brasil.

Esse “complexo jurídico-policial” exhibe suas rachaduras. Em junho, a vice-procuradora-geral da República, Ela Wiecko, foi a Portugal de férias e participou de um protesto contra o *impeachment*. Um vídeo dela no ato veio a público na véspera da cassação de Dilma, fato que a levou a desligar-se do cargo. No início de agosto, seu marido, Manoel Volkmer de Castilho, desembargador do Paraná, assinara um manifesto de apoio à decisão do ex-presidente Lula de recorrer à ONU contra o juiz Sérgio Moro. Castilho

EVARISTO SAIA/APP, YASUYOSHI CHIBA/APP, DANIEL SAIA/ABR, CRIS FAGA/NURPHOTO/APP E VICTOR MORIYAMA/GETTY IMAGES/APP

CAPA

era assistente do ministro do STF Teori Zavascki e foi exonerado quando sua assinatura foi vista no manifesto. Aprovado o *impeachment*, o ex-ministro do STF Joaquim Barbosa, Torquemada do PT no “mensalão”, escreveu no Twitter que o processo era “tabajara” e que Temer “engana-se” se “acreditar piamente que terá o respeito e a estima dos brasileiros”.

O “*impeachment* tabajara” foi marcado pela previsibilidade em quase quatro meses de duração no Senado. Desde o início ficou claro que o crime de responsabilidade imputado a Dilma por assinar três decretos orçamentários para praticar “pedalada fiscal” no Plano Safra era pretexto para acertos de conta. Foi um “simulacro de júri”, segundo o pernambucano Armando Monteiro Neto, do PTB, a prognosticar “uma cicatriz”, a marcar anos a fio “nossas instituições democráticas”. Desse acerto de contas, participou o PSDB, derrotado na eleição de 2014 e comprador, por 45 mil reais, do *impeachment*



A advogada Janaína, que a mídia chama de jurista, declara-se inspirada por Deus. O Altíssimo seria voto a favor do *impeachment*?

OPINIÃO DE **THE GUARDIAN** SOBRE O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

UMA TRAGÉDIA E UM ESCÂNDALO

Editorial - Nada está claro na obscura crise política do Brasil, exceto que o País sofrerá as consequências por muito tempo

Desde que o escritor Stefan Zweig, em 1941, o chamou de “o país do futuro”, o Brasil foi criticado por não cumprir a promessa que seu tamanho, seus recursos e sua distância das guerras e dos problemas que afligem outras partes do mundo pareciam evitar. Houve momentos em que essa promessa pareceu prestes a se realizar, mas essas esperanças foram repetidamente eliminadas. A mais recente foi com a ascensão ao poder do

presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. Lula e seu Partido dos Trabalhadores, o PT, trouxeram novas ideias, nova energia e um novo estilo para uma política brasileira desfigurada pela corrupção, o clientelismo e a persistente procrastinação diante dos problemas prementes que se apresentavam à nação.

O PT era um partido real, com uma base sólida em todo o País, uma ideologia coerente, um senso moral aparentemente forte – características que faltavam

a outras formações políticas, de modo geral. As políticas sociais de Lula deram a ele e ao PT uma imensa popularidade, a reeleição para um segundo mandato e ajudaram sua sucessora, Dilma Rousseff, a vitórias convincentes em 2010 e 2014. Desde então, a história ficou cada vez mais sombria. E poderá piorar, porque o *impeachment*, longe de ajudar a resolver a polarização política e social do Brasil, já a exacerbou.

A cerca de aço erguida na extensão da Esplanada dos

Ministérios, a faixa gramada no centro de Brasília, para impedir que os manifestantes pró e contra Dilma se chocassem fisicamente durante a votação do *impeachment*, foi simbólica de até onde essa polarização já chegou. O historiador José Murilo de Carvalho disse recentemente que a radicalização e a intolerância no País alcançaram um ponto muito perigoso.

Como as coisas deram tão errado? A resposta é encontrada na mudança econômica global, na

apresentado ao Congresso por alguns pseudojuristas, Janaína Paschoal entre eles, a advogada que no Senado apontou em Deus seu inspirador. Talvez com a inspiração do Espírito Santo.

Ex-aliados de Dilma também aproveitaram para um acerto de contas contra certas atitudes autoritárias que caracterizaram seu desempenho na Presidência. No interrogatório no Senado, a petista foi firme, abusou da palavra “golpe”, mas às vezes beirou a soberba que envenenou sua relação com parlamentares. Ernandes Amorim, do PSC do Sergipe, foi o único a arrancar um *mea-culpa*, após reclamar de que ela não ouvia ninguém. “O senhor receba as minhas desculpas por não ter atendido às suas expectativas quanto ao diálogo”, disse. A petista ao menos demonstrou consciência do estrago, ao pedir aos senadores que votassem “sem ressentimento”. Em relação à economia, nada de *mea-culpa*. Dilma insistiu que o Brasil

sofreu com a crise externa, uma meia-verdade, a ocultar que a ortodoxia escolhida para o segundo mandato pariu a recessão de 3,8% do PIB em 2015 e de 4,6% no primeiro semestre.

Apesar da previsibilidade, o último capítulo do *impeachment* trouxe uma surpresa. Dilma perdeu o cargo, mas salvou os direitos políticos, ao menos até segunda ordem do Supremo Tribunal Federal

(STF). O processo foi separado em duas votações. Uma sobre a cassação de Dilma, outra sobre sanções extras, como a perda dos direitos por oito anos. A petista venceu esta última, foram 42 votos contra ela e 36 a favor. Eram necessários 54 sufrágios para derrotá-la, como na cassação. Ela manteve assim a possibilidade de disputar algum cargo eletivo que não seja a Presidência, na interpretação de juristas

Ela Wiecko, ex-procuradora-geral da República, exemplo de dignidade



personalidade da presidente, no abraço do PT a um sistema corrupto de financiamento partidário, no escândalo que explodiu quando esse sistema foi denunciado e no relacionamento disfuncional entre o Executivo e o Legislativo brasileiros. A economia entrou em declínio quando os preços das matérias-primas, que são as principais exportações do País, caíram acentuadamente. O crescimento desacelerou, depois parou, então entrou em recuo; o emprego vacilou; os preços subiram e os subsídios sociais que Lula havia introduzido ficaram mais difíceis de financiar. O próprio PT, que já foi o partido menos corrupto do País, decidiu solucionar seus problemas financeiros mergulhando em

um monte de dinheiro desviado da Petrobras, a companhia nacional de petróleo. Seus aliados de coalizão, e outros partidos, aderiram.

Finalmente, a Constituição do Brasil, que combina um presidente eleito por voto popular com uma eleição de lista aberta para os membros do Congresso, é uma receita para conflitos, no melhor dos casos. Um líder teoricamente poderoso é, em consequência, confrontado por uma série de partidos que ele ou ela tem de conquistar com empregos, ministérios e compromissos políticos para que uma coalizão de apoio ao presidente se forme no Congresso. O resultado pode ser um Executivo que perdeu a metade do espaço de manobra antes que comece

a tentar governar. Lula foi um mestre em administrar essas contradições. A presidente Rousseff, ineficaz e inconsistente, carecia de suas habilidades.

Quando o Ministério Público e a Polícia Federal começaram a investigar o caso Petrobras, e o juiz federal Sergio Moro o assumiu, eles previam os danos que essas revelações causariam? Provavelmente, não: a intenção parece ter sido purificar a política brasileira, tomando como precedente a investigação das “Mãos Limpas” na Itália nos anos 1990.

Mas o resultado paradoxal é o oposto. A presidente em si não foi envolvida no escândalo da Petrobras. As bases para seu *impeachment* são que ela

manipulou verbas públicas antes da última eleição – pouco mais que uma contravenção pelos padrões brasileiros. Mas quase todos os envolvidos no *impeachment* são suspeitos de corrupção, inclusive Eduardo Cunha, o ex-presidente da Câmara dos Deputados.

Agora, muitos temem que a campanha anticorrupção desapareça, além de uma concentração de fogo final contra Lula. Michel Temer enfrentará os mesmos problemas que a derrotada Dilma Rousseff, e suas chances de enfrentá-los efetivamente são baixas. Uma oposição desacreditada estará sucedendo a um PT desacreditado. É difícil imaginar uma paisagem mais sombria para o Brasil.



A continuidade dos direitos políticos de Dilma teria o objetivo de evitar a cassação de Eduardo Cunha, de cinto Louis Vuitton

que a defendem. Quem sabe o Senado pelo Rio Grande do Sul na eleição de 2018?

A dupla votação foi um pedido de Dilma na noite anterior, quando ficou claro que não conseguiria se salvar. Até ali, ela negociava com sete senadores dispostos a ouvi-la e apoiá-la, desde que unidos. Caso de Acir Gurgacz, do PDT de Rondônia, que votou a favor do *impeachment* e depois disse à TV Senado não ter havido crime de responsabilidade. Dilma, entretanto, carecia de governabilidade. Daqueles sete, dois aderiram à cassação na véspera e mataram as conversas.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, do PMDB, apoiou o pedido de dupla votação. Parte do PMDB, notadamente alguns que balançaram entre o “sim” e o “não” no *impeachment*, também, como João

Alberto Souza, do Maranhão. No comando do julgamento, o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, deu respaldo, embora em uma conversa dias antes com a senadora ruralista Kátia Abreu, ferrenha dilmista do PMDB do Tocantins, tivesse dito que era contra.

Os tucanos estrilaram. Líder do governo no Senado, o paulista Aloysio Nunes Ferreira ligou para Temer para entregar o cargo, diante da digital de vários peemedebistas na salvação dos direitos da petista. A pedido, resolveu esperar a volta do presidente de uma viagem à China, onde participará dias 4 e 5 de uma reunião de cúpula do G-20, grupo das maiores economias do planeta, primeiro teste à receptividade do mundo ao novo governo. Ultimamente, o PSDB recorre a qualquer pretexto para brigar com Temer, como a demora do ex-interino de mergulhar no arrocho. Um

parlamentar peemedebista, ex-ministro, diz que Temer sofre “chantagem” dos tucanos, a cobrar “maldades” como as reformas previdenciária e trabalhista, em troca de deixá-lo em paz com uma ação de cassação da chapa Dilma-Temer a correr no Tribunal Superior Eleitoral.

Parte da bancada petista também torceu o nariz para a anistia de Dilma, por entender que o deputado afastado Eduardo Cunha poderá tirar proveito quando, e se, for votada sua cassação. Similar alegação tucana, a propalar um inverossímil acordo Dilma-Cunha. Uma polêmica, como o *impeachment* em si, destinada a ser resolvida pelo STF: cassação presidencial não implicaria automaticamente perda de direitos políticos? Se o Senado anulasse os direitos de Dilma por oito anos, a ação contra a chapa dela no TSE poderia ser arquivada automaticamente. Motivo: suas implicações idênticas às do *impeachment*, perda do mandato e dos direitos políticos.

Confirmado no cargo, Temer garante sua incolumidade com relação à Lava Jato, mas o TSE ainda será uma ameaça. Com sua ascensão, pela primeira vez desde a volta das eleições diretas em 1989, a direita do país da casa-grande e da senzala será hegemônica no poder.

Alguns movimentos sociais como os sem-teto prometem não dar trégua a Temer, e é por eles chamado de “golpista”. Um terço do País, segundo pesquisas, acha a mesma coisa. “Golpista é você”, disse Temer em sua primeira reunião ministerial, ao sugerir como a equipe deve reagir. Filho do presidente João Goulart, deposto em 1964 pelos militares, João Vicente foi ao Senado juntamente com Chico Buarque, para apoiar Dilma durante o interrogatório. Para ele, a reação dos que derrubaram a petista repete a história como farsa. “Os golpistas de 64 também não gostavam de ser chamados assim, eram todos ‘revolucionários’...” •

MARCELO CAMARGO/ABR

PRESIDENTE DA REPÚBLICA, TEMER FICA EM SEGURANÇA EM RELAÇÃO À LAVA JATO. MAS O TSE AINDA PERMANECE COMO PEDRA NO SEU SAPATO

